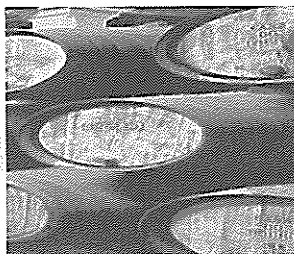


Os museus na Região Demarcada do Douro em 2002¹



T e r e s a S o e i r o

Chegada finalmente, em 2002, a hora de implantar no terreno o Museu do Douro, criado pela lei 125/97 e desde os primeiros projectos de antanho entendido como instituição destinada a representar uma entidade regional com um território bem definido, aquele em que se pode legalmente produzir um bem único e de excelência, o vinho generoso, questionámo-nos sobre a articulação a estabelecer com outras unidades museológicas presentes.

Para obter uma primeira visão de conjunto realizámos um périplo pelas terras durienses, procurando visitar e recolher documentação sobre os diversos museus. Este trabalho de enquadramento pareceu-nos deveras importante, no presente, mas também para no futuro se poder aferir do impacto do Museu, que se quer estruturante. Teremos ainda de levar em conta, nessa futura avaliação, a criação, em 2000, da estrutura de projecto Rede Portuguesa de Museus, integrada no Instituto Português de Museus, do Ministério da Cultura, pois a sua actuação, já sensível na Região, terá, certamente, forte repercussão na criação e, sobretudo, nas exigências de qualidade tanto para os museus existentes como para os projectos em elaboração².

Esta demarcação do âmbito territorial de intervenção, para nós clara³, esbarra com a rigidez da geometria administrativa em que se alicerça o poder desde o

¹ Este trabalho foi realizado no âmbito do Projecto de Missão para o Museu do Douro, dirigido por Gaspar Martins Pereira, no qual participámos, e apresentado, com texto para publicação, no *III Encontro Internacional Relações Portugal-Espanha. O Vale do Douro no âmbito das regiões europeias*, que teve lugar em Zamora, a 10 e 11 de Outubro de 2002.

² CAMACO, Clara Frayão e outros – *Rede Portuguesa de Museus: Linhas programáticas*. Lisboa, 2001.

³ Trata-se da Região Demarcada do Douro, tal como definida no Decreto-Lei n.º 166/86 de 26 de Junho.

estado liberal. Baldado o esforço para criar regiões administrativas, a referência continua a ser apenas a da Região Demarcada, delineada para outros fins e ainda hoje, como sempre, na óptica administrativa, uma manta de retalhos dividida por quatro distritos e vinte e um municípios.

A estruturação da nebulosa museística em presença oscila assim entre a solidariedade duriense vivida e a integração nos círculos do poder estabelecido, que de uma forma mais ou menos acentuada vinculam cada unidade local ou municipal às do distrito a que pertence, de forma mais evidente se no centro existir um museu regional, no sentido que lhe foi dado pela legislação do sector⁴, dependente do Instituto Português de Museus e, por isso, representante próximo da tutela.

Ora, no caso da área compreendida na Região Demarcada, dois dos quatro distritos são dotados de museus regionais desde a República, sediados nas respectivas capitais, Bragança (1915) e Viseu (1916), ambas exteriores ao Douro. Com diferentes percursos, resultando da transformação de estabelecimentos anteriores e dispendo de colecções eruditas significativas, destacam-se no panorama geral, podendo apenas o Museu de Lamego, fundado quase em simultâneo (1917), e já dentro da Região, com eles ombrear.

Nos outros dois distritos, Vila Real e Guarda, apesar de propostas mais antigas, os museus regionais surgiram efectivamente em 1940, na onda subsequente à Exposição do Mundo Português, quando se preconizava a fundação de uma unidade em cada cidade/capital. Estes já não seriam, como os anteriores, estabelecimentos para albergar os *tesouros nacionais* que a desamortização colocara à disposição da sociedade desde a década de trinta do século XIX, mas reuniriam colecções de valor regional com uma forte componente de etnografia, não apenas as habituais de arqueologia e arte.

O destino destes dois casos foi bastante diverso. O Museu Etnográfico de Trás-os-Montes e Alto Douro⁵, sediado em Vila Real, precedido por um eventual museu municipal proposto por Leite de Vasconcelos⁶ e por um museu regional identifi-

⁴ A prístina lei de 1836 determinava já que em cada capital de distrito houvesse uma Biblioteca Pública, um Gabinete de Raridades e outro de Pinturas, veja-se: GOUVEIA, Henrique Coutinho – Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*. Lisboa, 1(1) 1985(1-6), p. 149.

⁵ CHAVES, Luís – O Museu Etnográfico de Vila Real. *Ocidente*, Lisboa, 27, p. 108; GONÇALVES, Silva – O Museu em Vila Real. *Tellus*. Vila Real, 5-6 1979 (7-12), p. 3-11.

⁶ VASCONCELOS, J. Leite de – Museu Municipal em Vila Real (Tras-os-Montes). *O Archeologo Português*. Lisboa, 1 1985, p. 39-41.



cado pelas estatísticas na década de trinta⁷, dependerá da Junta de Província e terá uma vida anémica, sem maiores reflexos na região, pese embora a esperança que nele depositava Jorge Dias⁸, no dealbar da década de cinquenta. Sem instalações capazes, a sua colecção etnográfica veio a ser definitivamente recolhida em 1975, deixando de estar à disposição do público.

Já o Museu da Guarda⁹, outrora *Regional*, fundado em 1940, ocupando as instalações do antigo seminário, que de raiz tem colecções mais variadas, fará o seu percurso passando da tutela municipal à da Junta Distrital, em 1962, para vinte anos depois se encontrar na dependência do então Instituto Português do Património Cultural, ganhando a partir dessa data assento entre os museus de estado.

A situação actual é pois, em resumo, a de existirem na cidade-sede de três dos quatro distritos a que pertence a Região museus do Estado. Lamego¹⁰ configura uma excepção, não a única no país, a que não será alheio e facto de ter a categoria de cidade e sede de bispado, com forte tradição cultural e um rico património a salvaguardar. Recordamos também a longa controvérsia que alimentou com Viseu, procurando reter o poder administrativo e político. De iniciativa episcopal, este museu de *arqueologia artística* nasceria na primeira década do século XX no próprio paço, onde se reuniam obras de arte de elevada qualidade. A República, tomando conta do edifício e das colecções, fez dele um *Museu de Obras de Arte, Arqueologia e Numismática* capaz para albergar pintura, escultura e talha, tapeçarias e outras obras de arte que as transformações urbanas e a demolição de casas religiosas iam libertando. Mais uma vez, serviu de estímulo à luta pela sua efectiva formalização a ameaça de deslocar para o novo Museu Grão Vasco, de Viseu, algumas obras primas existentes em mosteiros da diocese de Lamego.

Mas, se deixarmos este sobejamente conhecido Museu de Lamego¹¹ junto dos seus pares nacionais, dado que se enquadra perfeitamente no panorama dos museus dependentes do estado com eruditas e valiosas colecções de arte, e olhar-

⁷ MOREIRA, Isabel M. Martins – *Museus e monumentos em Portugal, 1772-1974*. Lisboa, 1989, p. 162.

⁸ DIAS, A. Jorge – Bosquejo histórico da etnografia portuguesa. Sep. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra 2 1952, p. 52.

⁹ FARIA, Maria Alice e outros – *Museu da Guarda*. S/d.

¹⁰ LARANJO, F. J. Cordeiro – *Cidade de Lamego – Museu de Lamego*. Lamego, 1991; RIBEIRO, Agostinho (coord.) – *Museu de Lamego. Roteiro*. Lisboa, IPM, 1998.

¹¹ Este museu será, ao que parece em breve, complementado com um novo Museu Diocesano, que albergará o rico espólio entretanto recolhido na diocese, bem como os fundos arquivísticos que lhe são próprios.

mos para o panorama da museologia duriense vamos deparar com um conjunto de situações do qual sobressai a ausência de museus municipais remontando a finais de oitocentos, à República e, principalmente, dos consolidados desde o Estado Novo. É que, para além de incentivar os museus provinciais, também os municipais receberam então forte impulso, multiplicando-se desde a década de quarenta, como tive ocasião de mostrar relativamente ao distrito do Porto¹². Na Região Demarcada, o caso que melhor corresponde a este tipo de museu municipal generalista, onde pontua a acumulação de peças, resultante da linha programática se resumir ao afã de tudo salvar e tudo expor, é o de Vila Flor. O Museu Municipal Dra Berta Cabral¹³, com sede num antigo solar do mais central e nobre espaço urbano, inaugurado em 1957, é hoje um paradigma deste modelo de museologia municipal, atendendo às suas colecções, de enorme variedade e alguma relevância, e ao facto de ainda não ter sofrido significativas modificações quanto à forma de as expor.

Dos restantes museus municipais que visitámos, todos posteriores à revolução de Abril, salientamos o de Mirandela¹⁴, integrado num moderno complexo polivalente dedicado a actividades culturais. Inaugurado em 1981, este museu, que leva a designação do patrono, pintor Armindo Teixeira Lopes, expõe uma colecção de artes plásticas, com obras do fundador e de outros artistas seus familiares e contemporâneos, por vezes de renome internacional, num total de 460 exemplares. A coerência da colecção e a eficácia da comunicação e do trabalho de acção cultural em que se integra podem ser apontados como um exemplo de sucesso.

A mesma eficácia não se entrevê no Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, instalado num edifício antigo muito bem recuperado, mas onde, de momento apenas se oferece ao público uma longa exposição de numismas¹⁵, que não pode deixar de ser desmotivadora para os não especialistas. Aguarda-se a abertura de novas secções, estando anunciada a de arqueologia. Esta limitação vai sendo equilibrada pela variedade das exposições temporárias e de outras iniciativas culturais. Como herdeiro de um museu que se quis distrital, o presente programa, bastante jovem, parece ainda pouco enraizado.

¹² A etnografia nos museus do distrito do Porto. In *Actas do III Congresso de História da Antropoloxia e Antropoloxia Aplicada*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, tomo 2, 1997, p. 247-268.

¹³ DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Colecções de Etnografia): Região Norte*, v.4, Lisboa, Olhapim Edições, 2001, p. 117- 119.

¹⁴ *Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes: Mirandela: Catálogo geral*. Mirandela, Câmara Municipal de Mirandela, 1983.

¹⁵ PARENTE, João – *Museu de Vila Real. I As moedas*. Vila Real, 1997.



No extremo negativo da museologia de responsabilidade municipal colocaríamos o recentíssimo Museu Municipal da Meda, aberto apenas em Novembro de 2001, que nos leva realmente a questionar se neste âmbito não deveria existir uma certificação prévia antes da aposição da denominação museu, de modo a garantir padrões de qualidade mínimos. A maior parte da colecção exposta é formada pelas habituais prendas trocadas entre autarcas, bem acondicionadas dentro de armários, enquanto algumas das poucas peças que poderiam ser realmente interessantes se estudadas e contextualizadas, jazem no solo. Valha-nos o facto de ter sido recuperado o edifício, bastante central, que já serviu de quartel de bombeiros e foi anteriormente tribunal e cadeia. Teremos de esperar mais algum tempo para ver que rumo levará.

Na nossa opinião, mais senso demonstrou a Câmara Municipal de Tabuaço que, dispondo de uma recolha etnográfica realizada em 1986 por grupos de jovens orientados por um professor, e tendo-a guardado e exposto no edifício da antiga escola primária do centro da vila, a mantém encerrada, facultando o acesso apenas a quem o solicita, mediante o aviso de que não se trata de um museu mas de uma simples tentativa para reunir peças destinadas a uma futura exposição. Em contrapartida, e enquanto não dispõe efectivamente do museu, a Câmara mantém no Posto de Turismo, permanentemente aberta ao público desde 2000, uma bem organizada mostra da arqueologia do município, concebida e executada com profissionalismo.

A museologia autárquica não se esgota nestes exemplo, mas é sobretudo rica em projectos. Tendo inquirido os responsáveis políticos acerca da sua intenção de criar novos museus, muitos deles foram claramente afirmativos, sendo verdadeiras excepções os que nos responderam estar de momento empenhados, prioritariamente, em completar as suas Casas de Cultura e Auditórios Municipais, onde não esqueceram de prever áreas para exposição, ou mesmo em apoiar salas de exposição já existentes, como é o caso da Escola EB 2/3 de Sabrosa, critérios que certamente têm em conta a realidade dos limitados orçamentos municipais e da falta dos recursos humanos qualificados exigíveis.

Alguns projectos, porém, parecem mais próximos da concretização. Damos, como exemplos, algo aleatórios, a Casa Museu Eduardo Tavares, um compromisso da Câmara Municipal da Pesqueira para com os herdeiros do escultor que cedem o espólio, a abrir muito em breve; o Museu de Arqueologia de Assares¹⁶, em Vila

¹⁶ SOUSA, Orlando de – *Estatuária antropomórfica pré e proto-histórica do Norte de Portugal*. Porto, 1996; idem – A estação arqueológica do Cabeço da Mina, Vila Flor – notícia preliminar. *Estudos transmontanos e durienses*. Vila Real, 7 1997, p. 185-197.

Flor, com instalações novas já concluídas mas sem conseguir efectivar a posse do espólio em função do qual foi programado, já que se trata de um museu de sítio, ou a Casa Museu Graça Morais, no mesmo município, vocacionada para se converter num centro de artes plásticas; o Museu Municipal de Murça, com projecto museológico e de arquitectura concluído e apresentado em candidatura a fundos comunitários, apesar das reticências colocadas pelo actual autarca; o Museu Municipal de Resende; a recuperação da Casa Museu Guerra Junqueiro em Freixo de Espada à Cinta, etc. Muitos municípios também dispõem de, ou estão a concluir, infra-estruturas que incluem salas para exposições temporárias.

Um outro conjunto de Museus, por sinal bastante dinâmicos na sua intervenção social e com projectos museológicos de qualidade, está na dependência de fundações, associações culturais e de institutos de solidariedade social, com mais ou menos estreitas ligações aos municípios e juntas de freguesia. O Douro Superior é a sub-região onde proliferam e alcançam maior expressão. Consideremos alguns destes exemplos.

Na margem Norte, de montante para jusante, deparamos com o jovem museu Casa Junqueiro, em Freixo de Espada à Cinta, da responsabilidade da Associação para o Estudo, Defesa e Promoção do Artesanato, que mantém também o centro de artesanato da seda, onde se trabalha ao vivo e expõe materiais confeccionados com esta matéria prima. A exposição permanente reconstitui uma cozinha rural e um quarto tradicional, deixando outra área para um discurso de intenção mais didáctica sobre as actividades económicas ligadas à agro-pecuária.

No município vizinho impõe-se o Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, um projecto maturado e apoiado em investigação científica, recentemente renovado na sua exposição. Como historia o responsável no magnífico catálogo agora publicado¹⁷, a existência de um museu em Moncorvo era já um desejo antigo, vindo do final do século XIX, devido à iniciativa de mais um colaborador de Leite de Vasconcelos, o erudito local abade Tavares. Falhada esta primeira tentativa, os ensaios irão repetir-se, ao pulsar das tendências que percorriam o país, sendo apenas depois de 74 que se vêm a realizar. Primeiro como museu mineiro de empresa, junto da Ferrominas EP, pela mão de Jorge Custódio, que então publica um impor-

¹⁷ CAMPOS, Nelson – Um museu para Torre de Moncorvo, in: CUSTÓDIO, Jorge; CAMPOS, Nelson – *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de interpretação*. Torre de Moncorvo, 2002, p. 12-16. Em 1996, este responsável pelo Museu já publicara o programa para a sua instalação: REBANDA, Nelson e outros – *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Introdução a um programa museológico*. Torre de Moncorvo, 1996.



tante estudo sobre as ferrarias da região¹⁸, depois pela persistente acção de um grupo de jovens arqueólogos reunidos na associação *Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo*, o PARM, que ainda hoje é a responsável pelo Museu. Esta deu, desde então, grande impulso à investigação arqueológica, ao mesmo tempo que desenvolvia uma forte acção de defesa do património.

Encerradas as minas em 1988, o museu da empresa perdia solidez, sendo proposto ao município que o assumisse, integrando-o no futuro Museu da Região, inaugurado em 1995 e recentemente remodelado com apoio comunitário. Este é um projecto que se deseja assumidamente como museologia do território, e cito «relacionado, em primeiro lugar, com a valência da arqueologia e história da mineração e metalurgia do ferro, nas suas evidências materiais, paisagísticas e culturais, na longa duração e na sua relação com a economia, a sociedade, o pensamento técnico, as mentalidades e as ideologias»¹⁹, com preocupações na área da difusão do conhecimento e numa lógica de desenvolvimento socio-cultural, usando o espaço região como lugar de referência.

Na margem Sul, o raiano município de Figueira de Castelo Rodrigo surpreendeu-nos com o Museu de Escalhão²⁰, dependente de uma Instituição Particular de Solidariedade Social. A actividade desta instituição ultrapassa em muito o Museu, desenvolvendo uma complexa acção social que inclui lar de 3ª idade, infantário, ATL, biblioteca, ludoteca, etc, fruto do dinamismo do fundador, Francisco Távora, que desde os anos setenta se empenhou no projecto. Correspondendo à sua filosofia de actuação, ao pensar no museu procurou apoios profissionais que lhe garantissem qualidade e credibilidade. Terá sido neste espírito que captou a colaboração de António Nabais para desenvolver o projecto museológico. Este cativa não só pela facilidade de leitura da própria exposição, como pela qualidade da informação proporcionada pelos textos e imagens que a acompanham. O facto de transparecer na legendagem das peças a existência de um inventário cuidado é outro aspecto positivo, que confirmámos com o diligente e bem informado funcionário que acompanhou a visita. A preocupação de recolher séries o mais completas possível e de as apresentar de forma simples, mas contextualizada, alterna com algumas recria-

¹⁸ CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro de – *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Lisboa, 1984.

¹⁹ CUSTÓDIO, Jorge; CAMPOS, Nelson – Museu do Ferro & da Região de Moncorvo: um museu de território, in: CUSTÓDIO, Jorge; CAMPOS, Nelson – *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de interpretação*. Torre de Moncorvo, 2002, p. 27

²⁰ DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Coleções de Etnografia): Região Centro (Beiras)*, v.3, Lisboa, Olhapim Edições, 1999, p. 54- 59.

ções de ambientes tradicionais. A temática, sempre etnográfica, cobre um vasto leque de situações socio-económicas, destacando-se as relacionadas com a actividade agrícola e com as artes e ofícios, estes invulgarmente bem representados. O traje e mesmo um assomo à cultura imaterial estão também presentes.

Em Freixo de Numão foi idealizado em 1983, e inaugurado em 1996, o Museu da Casa Grande²¹, da responsabilidade da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa, concretizando-se a recuperação do imóvel e a montagem da exposição com apoio de verbas comunitárias. Aqui a arqueologia ocupa um espaço privilegiado, sendo também facultada a visita às ruínas arqueológicas existentes no pátio do museu, e a outras estações cuja investigação está a ser apoiada por esta Associação, muito dinâmica ainda na defesa do património construído. A vertente etnográfica parece ter vindo a merecer um menor investimento por parte da investigação científica, mas as principais actividades e vivências desta área estão contempladas. Acresce a presença de alguma documentação histórica.

Continuando na margem Sul, no município de S. João da Pesqueira deparámos com mais um museu associativo recente, aberto em 2001, muito ligado à paróquia, em Trevões. Instalado em casa recuperada do largo central do povo, versa temáticas do quotidiano local, numa leitura de cariz etnográfico. Tal não exclui outro tipo de espólio como, por exemplo, uma tampa de sepultura romana do tipo *cupa*. O modelo expositivo faz lembrar o desenvolvido em Escalhão, aqui menos conseguido e sem a marcada presença de técnicos, tão necessária para, ao menos, acau-telar questões básicas de conservação preventiva.

Na outra margem, município de Alijó, freguesia de Sanfins do Douro, uma realidade bem diferente nos aguarda. A Fundação Casa Museu Maurício Penha é um centro de artes plásticas de actividade internacional, registada e reconhecida como de utilidade pública desde 1989, que promove eventos e acolhe artistas que aqui queiram desenvolver os seus trabalhos. Tem por base o legado do fundador, Maurício Penha²², um natural que desenvolveu a sua actividade profissional e de forte empenho cívico sobretudo nos círculos da capital, mas quis devolver à terra de origem os frutos alcançados, regressando a ela para continuar os seus trabalhos plásticos com elementos tão radicalmente durienses como as contorcidas cepas. Inovação, lugar aos jovens e a artistas estrangeiros que queiram experimentar a

²¹ *Museu da Casa Grande (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa – Portugal) – Arqueologia e Etnologia*. Freixo de Numão, s/d.

²² SANTOS, Henrique Maria dos – *Maurício Penha: Uma vida prestante, um carácter nobre*. Sanfins do Douro, Fundação Casa Museu Maurício Penha, 1999.



natureza duriense, abertura para colaborações diversas pautam a actuação desta original Fundação, um dos raros oásis na região para as modernas artes plásticas.

No mesmo sentido parece ir o Núcleo de Gravura de Alijó, inicialmente ligado ao anterior, que, ao enunciar os seus objectivos, afirma: «*pensamos ter já preenchido uma notória lacuna regional, no que diz respeito à existência de um organismo multicultural aberto, favorável à livre troca de experiências e ideias*»²³. É responsável, em parceria com a Câmara Municipal, pela Bienal Internacional de Gravura do Douro, pretendendo, com o espólio recolhido por ocasião destes eventos, constituir um Museu da Gravura.

Ainda a Norte, a Fundação Casa de Mateus é uma unidade ímpar, ontem e hoje apelativa para públicos diversificados, com forte e inovador impacto na cultura regional e nacional, que abre ao público o palácio, com o seu soberbo recheio, e os cuidados jardins envolventes, um conjunto equilibrado e de qualidade que documenta bem um momento de esplendor destas terras nortenhas. Oferece uma actualizada e significativa programação e acção de divulgação cultural.

Rematámos este percurso pelos museus associativos e de instituições de utilidade pública com um péssimo exemplo, na margem Sul: o auto-denominado Museu, inaugurado em 1987, anexo ao quartel da Corporação de Bombeiros de Armamar²⁴. Trata-se de um amontoado de peças, por vezes bastante maltratadas, outras colocadas em armários envidraçados mas nem por isso mais acauteladas, onde se pode deparar com um pouco de tudo, desde algumas boas peças de etnografia a uma colecção de isqueiros BIC, de artefactos africanos e timorenses a publicações periódicas e álbuns de fotografias em visível deterioração, etc. Ao que parece, a recolha foi feita sem critério nem quaisquer cuidados de documentação, tendo por base o apelo lançado por um jornal local e, como sempre, a boa vontade da população.

Também a paróquia de Vila Marim, no município de Mesão Frio, tem, desde a década de oitenta do século XX, uma área dentro das instalações da igreja a que chama museu, recolhendo-se aí algumas imagens, fragmentos de talha, azulejos e alfaias litúrgicas.

Outras associações culturais (ranchos folclóricos, grupos etnográficos, bandas musicais...) e de assistência social têm pequenos núcleos, raramente uma sala des-

²³ 1ª Bienal Internacional de Gravura : Douro 2001. Alijó, 2001.

²⁴ DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Colecções de Etnografia): Região Norte*, v.4, Lisboa, Olhapim Edições, 2001, p. 108- 109; MONTEIRO, J. Gonçalves – *Armamar: Terra e gente*. Armamar, Câmara Municipal de Armamar, 1999, p.150.

tinada a museu, casos que, pela sua dispersão no terreno e pouca divulgação nos foi impossível, por agora, referenciar e visitar de maneira sistemática, embora tenhamos conhecimento de alguns.

Este périplo pelas unidades museológicas da região leva-nos agora a alguns museus dependentes de empresas privadas. Pioneiro e bem conhecido é o Museu de Curiosidades do Romeu, aberto em 1964 por Manuel Menéres, sendo que a própria aldeia é já uma curiosidade pela forma como foi intervencionada pelo empresário da Sociedade Clemente Menéres. Basta chegar a este local para se reconhecer uma profunda transformação operada em pleno Estado Novo, seguindo ou exagerando as pautas que inventaram *a aldeia mais portuguesa de Portugal* e nortearam muita da transmissão de valores realizada, por exemplo, a partir das Casas do Povo. No interior do Museu explica-se e ilustra-se esta acção civilizadora e de higiene social, que levou o proprietário a modificar as casas rurais, reconstruindo-as, a distribuir mobiliário básico e enxovais, a proporcionar às crianças estadias em colónias de férias, etc. A exposição congrega sobretudo temas relacionados com a histórias das técnicas (som, luz, fotografia, automóvel, etc), com peças de qualidade mas alheias a este meio, além de algumas vinculadas à exploração rural realizada pela empresa.

De entre estes museus devidos a empresas, destacamos mais dois exemplos que espelham a actividade dominante no Douro, a vitivinicultura. Em Vale de Mendiz, Alijó, pode ser visitado o Museu dos Lagares, uma extensão do Museu da Casa Sandeman sediado em Vila Nova de Gaia. Tendo por cartaz dois lagares circulares construídos no final do século XIX, ao que parece únicos no Douro, este espaço que compreende todo um antigo armazém, com a área dos lagares e, em nível inferior, a da adega, está perfeitamente inserido no ambiente da aldeia e das quintas vinhateiras. O discurso expositivo, bastante claro, recorda a luta pela conquista das terras para os vinhedos, os sobressaltos da história da sua exploração, agrupando alguns objectos de referência para as fainas desenvolvidas ao longo do ciclo vitícola anual. O trabalho do lagar merece destaque, inserindo-se na exposição manequins com traje regional, carregando os artefactos apropriados às tarefas encenadas. A visita leva-nos depois até à adega, ainda com vasilhame em madeira, e termina num balcão de provas e venda de vinho generoso.

A Oficina Vinária, propriedade da Quinta das Aveleiras, localizada no centro histórico de Torre de Moncorvo, é um exemplo recente e conseguido de museu de empresa, sobressaindo a qualidade técnica do projecto museológico e o design da exposição. Também instalado num complexo de lagares, deixando o espaço de



adega para um estabelecimento de restauração, este museu ilustra com clareza os procedimentos e meios técnicos empregues na exploração vitivinícola da quinta, rematando por uma completa instalação de destilaria. Algumas peças em presença são de grande qualidade.

Sabemos que outras empresas e quintas dispõem de espaços ou nichos com colecções ou simplesmente com a evocação de trabalhos e instrumentos caídos em desuso, sendo impraticável ter a veleidade de aqui os referir, diria mesmo de sequer os conhecer a todos, pelo que registamos estes como os mais significativos e permanentemente abertos ao público.

Queremos terminar com outro caso exemplar, o museu de uma empresa mas também museu de sítio, que é o Museu de Erva Moira²⁵, no município de Vila Nova de Foz Côa, propriedade da Casa Adriano Ramos Pinto. Inaugurado em 1997, ocupa uma casa da quinta, recuperada no seu material e traço tradicionais, completamente envolvida pela vinha. A temática abordada leva-nos da geomorfologia da região às ocupações históricas do período clássico e medievo, mostrando o espólio e a informação recolhidos nas escavações arqueológicas da estação existente na quinta, grande motivadora da feitura do museu. As actividades económicas tradicionais, os ofícios, com destaque para o núcleo oleiro de Santa Comba, e os produtos da terra têm um tratamento próprio, bem como o espaço dedicado ao enoturismo. O museu está dotado de áreas de reserva e de espaços para a investigação. A visita termina com uma tranquila degustação de diversos vinhos da empresa, em repousante esplanada voltada ao vale do Côa, mas, mediante marcação, pode também ser servida uma refeição.

Apesar do muito que ficou por dizer, este será um primeiro panorama da realidade museológica da Região Demarcada do Douro neste ano de 2002²⁶, aquela em

²⁵ GUIMARÃES, Gonçalves (coord.) – Um museu de sítio para a Quinta da Ervamoira (vale do Côa): projecto e programa. *Espaço e Memória – Revista de Património*. Porto, 1 1996, p. 147-185; idem – *Museu da Ervamoira – Guia do visitante*. Vila Nova de Gaia, Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A., 1997.

²⁶ Aquando do *Inquérito aos Museus em Portugal*, promovido em 1998 pelo Instituto Português de Museus, foram apenas contactados onze dos museus agora referidos, e mais dois ainda em projecto, sensivelmente os mesmo registados no site www.museusportugal.org. Um maior número de casos e uma melhor documentação foi reunida pelo projecto *Representações da Cultura Portuguesa nas Colecções Etnográficas dos Museus Locais*, da Caminus – Actividades Culturais, que incluiu no seu programa de trabalho visitas às instituições. As publicações resultantes desta última investigação foram particularmente úteis a este trabalho, onde por diversas vezes se citam.

que se deve inserir um novo museu de território, o Museu do Douro²⁷, abrangente e polinucleado por definição legal, que esperamos seja capaz de gerar sinergias, contribuindo para a articulação, valorização e divulgação de todas estas unidades e das muitas que estão anunciadas, formando uma verdadeira rede intra-regional de museus qualificados, por sua vez inserida na Rede Portuguesa de Museus e em redes internacionais, particularmente nas de vocação temática²⁸.

²⁷ A este Museu recolheu, em regime de depósito, a colecção reunida pela Associação Cultural Alto Douro, que, durante a década de oitenta, esteve exposta em instalações provisórias no Peso da Régua: DIAS, Nélia (coord.) – *Roteiro de Museus: (Colecções de Etnografia): Região Norte*, v.4, Lisboa, Olhapim Edições, 2001, p. 111- 112.

²⁸ Em simultâneo com o processo do Museu do Douro está em discussão o projecto do Museu do Cão, também da responsabilidade do poder central, que, seja qual for a alternativa escolhida, virá certamente a constituir uma forte mais-valia para esta rede regional